

## **O comportamento verbal para B. F. Skinner e para S. C. Hayes: uma síntese com base na mediação social arbitrária do reforçamento**

*(Verbal behavior for B. F. Skinner and S. C. Hayes: a synthesis based on the arbitrary social mediation of reinforcement)*

**Paulo Roberto Abreu & Maria Martha Costa Hübner<sup>1</sup>**

Universidade de São Paulo  
(Brasil)

*(Received: May 02, 2011; accepted: December 18, 2011)*

A definição de Skinner (1957/1992) para o Comportamento Verbal não gerou consenso entre os analistas de comportamento quanto à sua adequação e alcance no estudo da linguagem. Por isso alguns autores têm proposto outras definições. E pelo fato de partirem do escopo da mesma ciência, algumas novas análises adquiriram uma relevância interna à comunidade suficiente para provocar discussões metodológicas e conceituais acaloradas. Certamente, as críticas com maior impacto direcionadas à proposta de comportamento verbal de Skinner tiveram em Steven Hayes o seu principal proponente (Hayes & Hayes, 1989; Hayes, Blackledge, & Barnes-Holmes, 2001). Hayes e colaboradores propuseram uma definição de comportamento verbal alternativa, fundamentada igualmente em um paradigma monista, funcional e contextualista (Hayes, Blackledge, et al., 2001). Os autores vêm perseguindo a validação empírica de seus conceitos dentro da Análise Experimental do Comportamento. Por esse motivo, estariam em grande medida, em sintonia com a tradição empírica behaviorista.

Pela grande relevância que as propostas de Skinner e a de Hayes ganharam dentro da comunidade de analistas do comportamento, e por partirem de um mesmo referencial teórico, o presente artigo se propõe a investigar as diferenças e possíveis similaridades conceituais entre as definições de comportamento verbal. Para isso o artigo inicialmente apresentará (1) a definição skinneriana de comportamento verbal, bem como (2) a crítica de Hayes e colaboradores à ênfase que foi dada ao papel do falante. Será então feita uma (3) revisão sistemática dos operantes verbais skinnerianos, com o objetivo de identificar o papel de ouvinte no aprendizado e manutenção do comportamento verbal. A seguir, será (4) apresentada a concepção de comportamento verbal de Hayes e colaboradores, com base na aprendizagem de relações arbitrariamente aplicadas entre estímulos, por meio do reforçamento mediado socialmente. Por fim, será (5) discutida a ênfase da análise contextual de Skinner para os operantes verbais e para o fenômeno do compreender, com o objetivo de evidenciar a sua concepção relacional para o comportamento verbal e de dirimir as fronteiras baseadas na concepção de lócus privilegiado de falante ou ouvinte. Argumentar-se-á que uma aproximação conceitual entre as propostas de Skinner e Hayes e colaboradores é possível embasada em um processo que envolve ambas as definições, qual seja, a mediação social arbitrária do reforçamento.

1) Paulo Roberto Abreu. Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo - Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco G - CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo. E-mail: pauloabreu@usp.br.

## O COMPORTAMENTO VERBAL MEDIADO SOCIALMENTE DE SKINNER

Para Skinner (1957/1992), o comportamento verbal de um falante caracteriza-se principalmente por ter sua consequência mediada por um ouvinte especialmente treinado por uma comunidade verbal. Participam da mesma comunidade falante e ouvinte. Em uma análise funcional do comportamento do falante como a descrita por Skinner (1957/1992), inicialmente é feita a seleção do operante verbal de interesse para, a seguir, ser analisada a contingência envolvida. A descrição cuidadosa das circunstâncias controladoras do comportamento verbal do falante necessariamente incluirá o comportamento do ouvinte como uma variável crítica. O processo responsável pela instalação e manutenção do operante verbal é o reforçamento socialmente mediado e, por isso, analisar o comportamento verbal é analisar as contingências de reforçamento dispostas pelo outro.

A característica social do comportamento verbal pode ser observada logo nas primeiras interações verbais entre mãe e filho. O ensino do tato, por exemplo, ocorre por meio da modelagem do comportamento verbal da criança, via reforçamento diferencial apresentado pela mãe. Assim, quando a mãe interessada em ensinar o nome de um animal aponta para um hipopótamo no zoológico e o nomeia “hipopótamo”, é possível que a criança passe a falar “popó” na presença do animal, e por aproximações sucessivas ao longo do tempo, ela passe a emitir a resposta “popótamo” ou “hipopótomo”, até que consiga verbalizar o operante alvo “hipopótamo”. O aprendizado do tato, em última instância, é mediado pela mãe que utiliza o reforçamento generalizado em respostas como a emissão de um “muito bem!”, “é isso aí!”, ou mesmo quando bate palmas frente às tentativas da criança tatear o animal. A criança só se comportará como um falante no momento em que emitir tatos em relação a um objeto porque em algum momento passado, e em circunstâncias semelhantes, foi também ouvinte desse mesmo tato (Skinner, 1957/1992).

Na definição de comportamento verbal, as descrições interligadas do comportamento do ouvinte e do falante descrevem uma explicação de contingência social do episódio verbal. Skinner (1957/1992) exemplifica o conceito dizendo que ao atentar para o comportamento do falante, a reação de um ouvinte pode servir simultaneamente como estímulo reforçador e estímulo discriminativo (SD) para uma nova emissão verbal do falante. Assim, durante uma refeição, e frente a um pedido do falante para passar o sal (SD), um ouvinte verbalmente habilidoso se comporta passando o saleiro. O pedido é reforçado com a ajuda do ouvinte e essa consequência de receber o saleiro funcionará como novo SD para um “obrigado” do falante. O “obrigado” do falante reforça o comportamento de passar o saleiro do ouvinte e estabelece um novo SD para uma resposta “de nada” do ouvinte. Quando relacionamos o comportamento do falante ao do ouvinte, analisamos um episódio verbal total. Na concepção de Skinner (1957/1992), portanto, o comportamento verbal do falante tornou-se interdependente do comportamento do ouvinte.

O grande mérito da abordagem skinneriana foi ter definitivamente expandido a definição do operante para o comportamento social (Burgos, 2003). Dito de outro modo, a análise funcional do comportamento verbal passou a priorizar as interconexões entre as contingências a que responde verbalmente o falante e as contingências a que responde o ouvinte.

## CRÍTICAS À DEFINIÇÃO DE COMPORTAMENTO VERBAL DE SKINNER

Inicialmente em sua proposta, Hayes e Hayes (1989) pontuaram que a definição de comportamento verbal de Skinner (1957/1992) é muito ampla, por analisar o comportamento de duas pessoas e não o do sujeito único. Mesmo sob esse pressuposto, afirmam Hayes e Hayes (1989) que a definição acaba dando ênfase ao falante, ainda que afirme analisar o evento interacional como um todo. E os autores vão mais longe. Dizem que a definição a partir da história do falante não seria funcional, pois ela não abordaria separadamente a história do ouvinte com relação aos estímulos verbais. Os autores frisam que o papel que Skinner reservou

ao ouvinte é o de apenas mediar reforço para o comportamento verbal do falante, sendo essa mediação, em grande extensão, não verbal. Dessa forma o comportamento do ouvinte não seria então, por assim dizer, genuinamente verbal, e por isso não mereceria uma abordagem diferenciada (Hayes & Hayes, 1989).

De fato, alguns trechos da obra de Skinner são bastante enfáticos em relegar o comportamento do ouvinte a um plano secundário. Logo no capítulo um do seu livro, o autor afirma que:

“Essa omissão [da análise do comportamento do ouvinte] pode ser justificada, pois o comportamento do ouvinte, ao servir como mediador para as consequências do comportamento do falante, não é verbal em nenhum sentido especial. Na verdade, não podemos distingui-lo do comportamento em geral e uma descrição adequada do comportamento verbal precisa cobrir apenas aqueles aspectos do comportamento do ouvinte necessários para explicar o comportamento do falante.” (Skinner, 1957/1992, pp. 2-3)

Para Hayes e Hayes (1989) a explicação de que o comportamento do ouvinte é essencialmente não verbal falhou em explicitar como se dá a mediação do reforçamento, ou como o comportamento especificado pelo falante controlaria o comportamento do ouvinte. Nesse sentido, a concepção de Skinner para o comportamento governado por regras não seria um campo de estudos genuíno do comportamento verbal, pois nela não haveria lugar para explicações de como o “símbolo” verbal produzido por um falante é “interpretado” pelo ouvinte (Hayes & Barnes-Holmes, 2004). Hayes e Hayes (1989) dizem ainda que, “quando enfatiza o falante, a teoria do comportamento verbal poderá ser construída ignorando assuntos como o significado, o compreender e a referência.” (p. 155). Os autores reclamam um retorno da atenção aos processos comportamentais envolvidos no momento em que um ouvinte reage a uma formulação verbal do falante.

Segundo Hayes e Hayes (1989) o problema conceitual que reside na base da proposta de Skinner é a sua definição de estímulo verbal. Estímulo verbal para Skinner é o produto do comportamento verbal do falante. Por consequência, essa concepção não deixaria espaço para que o ouvinte se comporte verbalmente. Confunde-se aqui, na opinião de Hayes e Hayes (1989), objeto com a função de estímulo. Hayes, Blackledge e colaboradores (2001) argumentam que essa concepção é equivocada, posto que a função do estímulo se forma a partir da história passada do sujeito com relação ao estímulo, e a partir das circunstâncias presentes no momento que o estímulo passa a influenciar o comportamento. Concluem Hayes e Hayes (1989) dizendo que para o comportamento ser definido como sendo verbal ou não verbal, é a história do ouvinte com relação aos estímulos verbais, e não a do falante, que deverá ser priorizada.

### **O COMPORTAMENTO VERBAL DO OUVINTE FOI NEGLIGENCIADO NA CONCEPÇÃO DE SKINNER?**

As críticas de Hayes, Blackledge e colaboradores (2001) definitivamente causaram um importante impacto na Análise do Comportamento. Mas, ainda que contundentes, as críticas dirigem-se, de fato, a problemas na concepção skinneriana para o comportamento do ouvinte? Ou elas podem ser inferidas a partir de um recorte da análise do papel do ouvinte de Skinner? Qual é o real papel do ouvinte no episódio verbal? É verdade que ele apenas medeia o reforçamento para o comportamento verbal do falante? Uma visita à análise dos operantes verbais de Skinner (1957/1992) pode oferecer algumas respostas.

#### *Os operantes verbais sobre o controle formal*

O comportamento verbal pode ficar sob o controle de outro comportamento verbal, gerado por um falante ou pela própria pessoa como ouvinte de si mesma. Essa relação de controle de estímulos ocorre com operantes verbais como o ecóico, textual e o intraverbal.

**Comportamento ecóico:** Um som de um estímulo verbal produz uma resposta vocal do ouvinte com correspondência ponto a ponto com o som do estímulo. Considere como exemplo uma criança que repete a emissão vocal “mamãe” após a mãe tê-la dito. O ecóico pode acelerar o processo de modelagem de outros operantes verbais, pois o operante ecóico de uma criança pode ser emitido para evocar novas unidades de resposta sobre as quais o reforço do outro poderá tornar-se contingente. Operantes ecóicos são fundamentais na geração de outros comportamentos verbais. Por isso é interessante que, em um primeiro momento, a comunidade verbal insista no reforçamento da correspondência precisa. Um repertório adequado poderá ser aplicado com sucesso a novos padrões. No ecóico fica nítida a emissão verbal sob o controle de uma verbalização de outra pessoa. Mesmo na explicação do auto-ecóico observamos uma análise ouvinte-orientada, pois quando uma pessoa repete um número de telefone para não esquecer, por exemplo, o faz enquanto ouvinte de si mesma.

**Comportamento textual:** O comportamento vocal pode ficar sob o controle de um estímulo verbal não auditivo, no caso, um estímulo desenhado ou escrito. O textual está envolvido no desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e também de escrita. Na transcrição, por exemplo, a resposta escrita depende da correspondência entre a unidade de resposta e de estímulo. Como subtipos, temos a cópia (e.g., estímulo verbal escrito, quando uma criança copia um texto) e o ditado (e.g., estímulo verbal auditivo, quando uma criança responde a um ditado feito por sua professora). A análise do comportamento textual é em grande extensão ouvinte-orientada, pois a sua emissão dependerá do comportamento verbal de outra pessoa ou do produto desse mesmo comportamento, a exemplo do texto escrito na cópia.

**Intraverbal:** No comportamento intraverbal uma parte da cadeia verbal controla a outra. Contudo, ressalta-se que qualquer elo de uma cadeia intraverbal não poderá estar sob o controle exclusivo do elo anterior mais próximo. O comportamento de declamar uma poesia em toda a sua extensão é um bom exemplo. Nele o controle múltiplo de estímulos reside nos vários elos de ligação do operante intraverbal. Por esse motivo, se eventualmente o falante incorrer em um lapso durante a declamação, via de regra, precisará retomar o início do texto. De outro modo, o declamar a poesia em toda a sua extensão seria menos provável, pois os elos da cadeia, em isolado, exerceriam fraco controle sobre a emissão verbal.

O intraverbal frequentemente está envolvido também em fenômenos como o lembrar. Respostas verbais que descrevem acontecimentos passados raramente são acuradas. Um comportamento verbal pode não ser forte o suficiente pelo fato da resposta ter sido pobremente condicionada, ou por um controle de estímulo corrente fraco, ou porque está relacionada com estados moderados de estimulação aversiva ou privação, ou ainda porque foi substituída por outro comportamento como resultado de uma punição pregressa (Skinner, 1957/1992). No lembrar, o intraverbal começa a ser emitido sob o controle de alguma pergunta, e a seguir, o comportamento verbal do falante fica sob o controle dos elos da cadeia. Quando a comunidade evoca uma resposta verbal a um evento passado, ela geralmente suplementa sua pergunta com informações adicionais. Assim, poderia perguntar “o que você fez ontem quando esteve sentado na casa?” ou “o que você comeu no almoço?”. Uma forma mais efetiva de evocar a resposta seria colocar a pessoa também diretamente em contato com estímulos do ambiente em questão (e.g., levar a pessoa até a casa ou cozinha). Mas aqui novamente o controle de estímulos residiria inicialmente, em grande extensão, no comportamento verbal de outra pessoa que pergunta sobre os eventos passados, ou da própria pessoa que pergunta para si mesma. A seguir, os elos da cadeia intraverbal passariam a controlar a emissão verbal do falante.

Em síntese, ainda que o intraverbal pareça ser um operante verbal emitido pelo falante sem participação alguma do ouvinte, o fenômeno do lembrar-se pode ser uma exceção à regra. O operante intraverbal envolvido no lembrar-se frequentemente terá seus efeitos localizados em um ouvinte, sobretudo quando este se encontra sob a mesma pele do falante. O lembrar-se é um fenômeno há muito valorizado na psicologia, e por si só mereceria uma atenção diferenciada. Skinner (1957/1992) não estava desatento a isso, visto que

dedicou uma fração significativa de seu livro para abordar os processos pelos quais poderíamos suplementar estímulos com vistas a evocar as respostas “esquecidas”. (c.f., Chapter 10)

### *O tato*

Diferentemente de operantes como o ecóico, o intraverbal ou o textual, que possuem como evento antecedente um estímulo verbal, o tato se caracteriza por ser controlado por eventos ou objetos do ambiente, ou ainda por algumas de suas propriedades. Assim, emitimos tatos sobre o ambiente em situações em que, por exemplo, descrevemos os ingredientes de uma comida frente a um apetitoso jantar ou falamos de uma dor de cabeça que subitamente nos acomete. No tato, a relação com a privação, ou qualquer estimulação aversiva, é enfraquecida através do reforçamento diferencial da resposta verbal sob o controle de um estímulo não verbal. Frequentemente o tato é consequenciado por muitos diferentes reforçadores ou por um reforçador generalizado. O reforçamento é provido por uma dada comunidade verbal interessada na instalação desse operante.

Uma primeira observação desavisada poderia dar a impressão de que o tato é um operante verbal que não admite a discussão sobre o papel do ouvinte no fenômeno, posto que não teríamos a sua participação direta. Contudo, é de crucial importância observarmos como se instala um tato. Dentro da concepção skinneriana, o aprendizado da nomeação é um caso. No exemplo citado no início do artigo, a criança que aprende a emitir o tato hipopótamo, no zoológico, só se comporta como falante posto que, em sua história, foi ouvinte desse mesmo tato. Isso ocorre provavelmente nos momentos em que a mãe nomeia o animal e reforça diferencialmente as aproximações verbais sucessivas da criança na presença do animal. A criança se comporta inicialmente como ouvinte da mãe e das suas próprias verbalizações, emitindo ecóicos nos primeiros momentos. E por reforçamento diferencial da mãe, ocorreria a transposição de variáveis de controle do ecóico para as de tato. Isso aconteceria devido à presença consistente do animal nas circunstâncias em que ocorrem os reforçamentos das aproximações verbais sucessivas da criança.

Os auto-tatos são também de especial interesse para a análise aqui empregada, pois talvez eles tornem mais evidentes as ênfases da análise sobre o comportamento do ouvinte, muitas vezes encontradas na obra de Skinner. Eles evidenciam a função exercida pelo estímulo verbal sobre o comportamento do falante como seu próprio ouvinte. Nesse sentido o comportamento verbal teria efeitos práticos sobre a pessoa. Skinner (1957/1992) exemplifica isso quando fala de auto-tatos de um zoologista que categoriza insetos e de uma mãe que identifica um padrão comportamental descrito por um psicólogo (c.f., chapter 19). Em ambos os exemplos, o zoologista e a mãe poderão apresentar mudanças de comportamento como o resultado da categorização das respostas. Os auto-tatos possibilitam que as pessoas tenham ações práticas a partir do seu próprio comportamento verbal.

### *O mando*

Discursos do falante tomados como ordens, comandos ou pedidos seriam mandos por especificarem um reforçador que será mediado pelo comportamento do ouvinte. O mando é, portanto, um tipo de operante verbal caracterizado pela relação única entre a forma da resposta e o reforçamento característico mediado por uma comunidade verbal. O efeito do reforçamento mediado será tanto maior quanto o forem os estados de privação ou as contingências aversivas sob as quais o falante se encontra (Skinner 1957/1992). Assim, um falante com sede pode pedir um copo de água ou exigir silêncio em meio a um ambiente barulhento, sendo reforçado por meio da mediação do ouvinte que lhe traz a água ou desliga o rádio.

Aparentemente o mando seria em grande extensão uma categoria focada no falante, conforme sinaliza o próprio Skinner (1957/1992):

“Quando consideramos outros tipos de operantes, verificaremos que o comportamento funciona principalmente em benefício do ouvinte e, nesse caso, não é difícil explicar-lhe o comportamento. *O mando, porém, funciona principalmente em benefício do falante; por que deveria o ouvinte realizar a mediação necessária do reforçamento?*” (p. 36, grifos acrescentados)

Contudo, conforme expõe Matos (2001), o estudo de mando é importante no entendimento do comportamento governado por regras, pois ele sinaliza um comportamento específico ao ouvinte sobre o qual incidirá o reforçamento “mediado pelo falante”. Dessa forma, ainda que o falante possa apenas ordenar algo e ser reforçado pela mediação do ouvinte, poderíamos estar particularmente preocupados em analisar o efeito da emissão do mando sobre o comportamento desse mesmo ouvinte. As reações do ouvinte em seguir ou não o mando podem ser totalmente diferentes, desde a emissão de um mando do tipo “traga as peças com cuidado”, até um mando como o “se você for descuidado e quebrar as peças, pagará do seu bolso”.

Em um subtipo de mando, ao qual Skinner (1957/1992) chamou de conselho, o falante nem mesmo teria o seu comportamento reforçado naturalmente pelo seguimento do ouvinte, ou melhor, pela sua mediação social. Mas o responder do ouvinte seria reforçado, ainda que o falante não participasse “fisicamente” da consequência. Considere, por exemplo, uma situação em que o ouvinte é instruído por um falante desconhecido a como se deslocar em uma nova cidade (e.g., pedido de informação na rua). Nessa circunstância, o comportamento do falante (que dá a informação) não teria como ser reforçado naturalmente pelo ouvinte que segue o mando (conselho). Mas a resposta do ouvinte poderá ser reforçada se conseguir achar os pontos geográficos de seu interesse. Um conselho dado pelo falante teria, portanto, uma ênfase na análise ouvinte-orientada, pois seus efeitos beneficiariam diretamente o ouvinte e não o falante.

Um mando pode vir a ser emitido posteriormente pelo falante para si mesmo, e a partir de um auto-mando, a pessoa passa a se comportar diferencialmente (Skinner, 1957/1992). O auto-mando pode ter sua força criada por situações de história de vida em que induzimos outras pessoas a se comportarem diferencialmente, se observarmos um aumento da probabilidade de nosso próprio comportamento a partir de comportamentos de outro falante (Skinner, 1957/1992). Assim, inicialmente solicitamos que o outro faça silêncio em sala de aula, e posteriormente aprendemos a ordenar a nós mesmos para que o façamos. De fato, muitas regras são públicas antes de se tornarem auto-regras, em que a pessoa pode passar a ser um ouvinte de sua própria fala encoberta. Nesse ponto estaríamos novamente constatando uma preocupação genuína de Skinner com os efeitos do estímulo verbal sobre o comportamento do ouvinte.

A análise skinneriana do mando (Matos, 2001) contradiz a afirmação de Hayes e Hayes (1989) de que a definição de comportamento verbal mediado socialmente não permitiria a contemplação do fenômeno do comportamento governado por regras. Ademais, as pesquisas da área de controle instrucional não apresentam uma homogeneidade de classificações do operante verbal. Frequentemente tem sido usado o termo regra para descrever uma variedade de circunstâncias antecedentes e de respostas, embora estudos recentes tragam a expressão “instruções” para especificar as circunstâncias em que acontece a ação (Matos, 2001). O fato de que muitos estudos não tenham adotado o mando skinneriano em sua terminologia não significa que o fenômeno estudado não tenha sido abordado pelo autor. A ausência dos termos skinnerianos nos estudos sobre regras não é um indicativo inquestionável de que sua proposta falhou em lidar com o comportamento governado por regras, conforme parece acreditar Hayes, Blackledge e colaboradores (2001).

### *O autoclítico*

Parte do comportamento dos organismos pode se tornar variável de controle para outra parte. Nesse sentido, há dois sistemas de resposta, sendo um baseado no outro. O sistema superior só pode ser entendido com relação ao sistema básico (Skinner, 1957/1992). O autoclítico é uma unidade de comportamento verbal que depende das relações verbais básicas para sua ocorrência (e.g., tato, mando, intraverbal, textual, ecóico), e que altera o controle que estas exercerão sobre o comportamento do ouvinte (Skinner, 1957/1992). Pode, devido a essa particularidade, ser classificado como um operante verbal de ordem superior.

Contudo, diferentemente dos operantes verbais como o ecóico, o textual ou o intraverbal, que também dependem de outro comportamento verbal, os processos autoclíticos requerem a discriminação de propriedades do comportamento do falante pelo falante no momento em que este compõe seu comportamento verbal. Os autoclíticos dividem-se principalmente em autoclíticos descritivos, qualificadores e quantificadores.

Os *autoclíticos descritivos* caracterizam-se por serem respostas verbais que especificam as relações de controle sobre o comportamento do próprio falante. A comunidade verbal estabelece contingências para uma descrição quando pergunta, por exemplo, o que a pessoa está falando ou o que falará. O falante poderá responder “eu falo autoclítico” ou “eu falarei autoclítico”. As contingências que geram uma resposta para outra resposta verbal são improváveis de ocorrerem na ausência da mediação social arbitrária do reforçamento. Ambientes verbais bem desenvolvidos encorajam a pessoa a emitir respostas colaterais descritivas do seu próprio comportamento verbal. E após esse aprendizado, rapidamente o falante observa o efeito prático da emissão de um autoclítico descritivo. Descrições do próprio comportamento podem exercer um efeito diferencial sobre o comportamento do ouvinte, a exemplo de alguém que fala “*eu vejo* o céu carregado de nuvens negras”, controlando o comportamento do ouvinte de procurar um guarda chuva.

Os *autoclíticos qualificadores* exercem sua função de qualificação do tato intensificando ou modificando a direção do comportamento do ouvinte. A resposta “não”, como um exemplo de autoclítico qualificador, tem a força de um mando. Assim uma pessoa pode dizer “não falte à aula” ou “não pense nesse problema”, em que o autoclítico poderá exercer um efeito diferencial sobre o ouvinte.

Os *autoclíticos quantificadores* afetam o ouvinte por indicarem propriedades relativas à quantidade do operante básico emitido pelo falante. Na instrução “separe as sementes com muita atenção”, por exemplo, o operante verbal “muita” poderia ser classificado com sendo um autoclítico quantificador do operante básico “atenção” (Abreu & Hübner, 2011).

A função de estímulo priorizada nas análises skinnerianas para os autoclíticos descritivos, qualificadores e quantificadores, é a função exercida para o ouvinte. De fato o autor conclui que “a explicação definitiva do comportamento autoclítico repousa no efeito que ele exerce sobre o ouvinte – incluindo o próprio falante” (Skinner, 1957/1992, p. 344).

Em síntese, o autoclítico é um operante normalmente envolvido na composição do comportamento verbal do falante, mas sobretudo, ele foi criado com vistas a investigar o seu efeito diferencial sobre o comportamento do ouvinte. Por esse motivo, seu estudo pode ser também objeto de investigação no fenômeno do comportamento governado por regras.

## **O COMPREENDER COMO ELEMENTO CHAVE NA CRÍTICA DE STEVEN HAYES E COLABORADORES**

Uma rápida visita à análise de Skinner (1957/1992) dos operantes verbais, como a aqui delineada, deixa pouca dúvida quanto ao papel também diferenciado do ouvinte. A definição skinneriana de comportamento verbal é funcional, pois as suas análises envolvem elementos que participam da determinação do comportamento verbal dos organismos (Palmer, 2004). Nada na discussão dos ecóicos, textuais, mandos, tatos, intra-

verbais ou autoclíticos sugere uma taxonomia puramente topográfica para os operantes verbais. Skinner pareceu ater-se à história de instalação e manutenção de cada operante verbal, o que envolve necessariamente a história de interação entre as pessoas que compõem uma comunidade verbal. Suas análises de contingências explicam, dentre algumas características da linguagem, como o ouvinte de uma língua se torna falante dessa mesma língua (Stemmer, 1995).

Conclui-se das análises de Skinner (1957/1992) que o comportamento verbal é um fenômeno eminentemente social e, portanto, seria esperado que a sua definição funcional fosse para além da análise do comportamento de um falante destituído de um ouvinte ou de um ouvinte sem um falante. Nesse sentido, conforme pontuou Vargas (1998), o comportamento verbal skinneriano é tido como a quintessência da atividade cultural, operando como um sistema de relações contingentes interativas de ações mediadas e outros eventos.

Partindo desta afirmação, para quais fenômenos da teoria skinneriana do comportamento verbal estariam de fato direcionados os seus críticos? Parece que o argumento principal dos autores reside invariavelmente na explicitação dos processos comportamentais envolvidos na “compreensão” de um estímulo verbal pelo ouvinte. Hayes, Zettle e Rosenfarb (1989) põem a questão da seguinte forma, quando abordam um fenômeno tipicamente verbal, como o comportamento governado por regras:

“A compreensão verbal é um ato da organização. É importante acessar o compreender, primariamente porque as palavras podem ocasionar ações mesmo sem ele. Quando isso ocorre, os efeitos das palavras não são efeitos verbais. Por exemplo, eu posso dizer para o meu cachorro pegar minhas pantufas. Isso não é comportamento governado por regras porque não há estímulo verbal envolvido. O compreender é o lado comportamental do que define a estimulação como sendo ‘verbal’. Assim, sem uma abordagem do compreender, nós não teremos regra, não importa se a forma do comportamento se pareça com o seguimento de regra.” (p.199)

O “comportar-se verbalmente” vem na forma do compreender o que o falante está dizendo. Para Hayes, Blackledge e colaboradores (2001) não teria como um ouvinte mediar o reforçamento para o comportamento verbal do falante caso o estímulo verbal não exercesse qualquer função de estímulo para esse mesmo ouvinte. Dizem os autores que a não especificação dos processos comportamentais envolvidos no “condicionamento especial” do ouvinte tornou a teoria skinneriana frágil e, devido a isso, inócua por não ter conseguido gerar um programa de pesquisas sólido.

Como proposta explicativa para o compreender, Hayes e colaboradores (1989) estão particularmente interessados em elucidar os processos que ocorrem quando são estabelecidas *relações arbitrárias entre estímulos*, fenômeno que estaria na base da produção do comportamento verbal. Esses processos guardariam relação direta com a linguagem e a cognição humana. Nesse sentido, a compreensão verbal “não é um evento mental, uma inferência, ou um simples efeito, e sim um processo comportamental altamente específico” (Hayes, Fox, et al., 2001, p. 44). Humanos aprenderiam a responder às relações arbitrárias entre estímulos em determinados contextos. Os contextos são formados por pistas que atualizariam um histórico de reforçamento para o responder relacional *aplicável arbitrariamente*, como as perguntas feitas por um falante, as palavras ou frases específicas, a entonação de voz do falante ou a forma e estrutura da sentença. As relações são ditas *aplicáveis arbitrariamente* e *contextualmente dependentes* por não estarem vinculadas às propriedades físicas dos estímulos relacionados (McIlvane, 2003).

O estabelecimento de relações arbitrárias entre estímulos já vinha sendo estudado no fenômeno da equivalência de estímulos (c.f., Sidman, 1994), em contexto de aplicação do procedimento de *Matching to Sample*. No procedimento de *Matching to Sample*, o experimentador planeja ensinar relações arbitrárias entre estímulos, por exemplo, entre uma palavra falada moeda e um objeto moeda (relação A-B). A seguir,

são treinadas relações entre esse objeto moeda e sua palavra escrita moeda (relação B-C). Se obtivermos sucesso no treino dessas relações condicionais arbitrárias, é provável que seja observado, mesmo sem reforçamento adicional, o estabelecimento de uma relação derivada da palavra falada moeda com a palavra escrita moeda (relação A-C). Afirma-se, portanto, que dados estímulos seriam funcionalmente equivalentes, compondo uma classe. Sidman (2000) frisou que o princípio básico na formação de classes equivalentes é o reforçamento que estabelece os termos da contingência como equivalentes. Dito de outra forma, após o treino, os estímulos envolvidos poderiam ser substituídos uns pelos outros no controle do comportamento operante, pois passariam a exercer as mesmas funções. Relações dessa natureza não seriam baseadas nas propriedades formais de estímulos ou da relação entre eles, pois os ouvintes poderiam substituir objetos e figuras por palavras.

Existe algum consenso entre os estudiosos da área de que a equivalência de estímulos estaria envolvida nas relações arbitrárias estabelecidas nas línguas (c.f., Sidman, 1994), pois o fenômeno tem o potencial de explicar a substituíbilidade entre estímulos distintos. Dito de outra forma, a equivalência seria um modelo capaz de elucidar, por exemplo, como seria possível a uma pessoa reagir à palavra moeda de forma semelhante a que reagiria ao objeto moeda. A proposta de Hayes, Fox e colaboradores (2001) insere-se nessa área de pesquisa experimental, pretendendo expandir as investigações sobre as possibilidades de derivação de relações arbitrárias entre estímulos e formação classes relacionais (Spradlin, 2003). Nesse contexto, os autores pontuam que a equivalência de estímulos seria apenas um caso especial de classe relacional, sendo chamada pelos autores de relação de coordenação. Em tese, outras relações além das relações de equivalência poderiam ocorrer, como por exemplo, as relações como “diferente a”, “próximo a”, “causa de”, “aconteceu depois de”, “oposto de”, “melhor que”, ou “parte de”. Hayes, Fox e colaboradores (2001) adotaram o termo quadros relacionais para designar tipos de responder relacional aplicável arbitrariamente. O estudo dos quadros relacionais deu origem à teoria dos quadros relacionais (RFT) que tenta explicar, principalmente, os comportamentos complexos subjacentes à cognição e à linguagem humana.

Um quadro relacional segue a noção skinneriana de operante, sendo definido, de forma mais técnica, como uma classe de respostas do responder relacional aplicável arbitrariamente (Hayes & Barnes-Holmes, 2004). Como todo operante, é produzido por uma história de reforçamento, e no caso do quadro relacional, é especialmente produzido pelo contato consistente com tipos de relações respostas-consequência ao longo de múltiplos exemplares, como os que ocorrem em um treinamento de discriminação condicional em *Matching to Sample*. Portanto, nenhum princípio ainda desconhecido foi necessário para explicar a origem de um quadro relacional, mas as implicações do operante relacional necessitariam de um novo princípio. (Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2003).

Diferentemente da equivalência de estímulos que analisou essencialmente como ocorre a substituíbilidade entre estímulos relacionados (c.f., Sidman, 1994), a RFT afirma que um novo princípio reside no fato de ocorrer não somente a substituíbilidade, mas a mudança da função dos estímulos que participam de um quadro relacional. De acordo com Hayes e colaboradores (2003), isso ocorre porque o quadro afeta o processo de aprendizagem operante em si, ao mudar a função dos estímulos que participam de uma relação arbitrária. Assim, por exemplo, em um tipo de quadro relacional chamado de vínculo combinatório, se um estímulo A for diferente de um estímulo B, e o estímulo B for diferente de C, então o estímulo A será igual ao C. Da mesma forma, se A tiver uma função de punidor, e B de estímulo neutro ou reforçador positivo, então C terá sua função alterada para a de estímulo punidor. Essa mudança de função ocorre em um contexto específico, na presença das pistas que controlam o responder relacional aplicável arbitrariamente. Pela propriedade de mudar a função dos estímulos, o operante descrito por Hayes, Fox e colaboradores (2001) recebeu também denominações especiais, como a de “operante generalizado” ou “classe de respostas superior”.

Quando relacionam a RFT ao conceito de comportamento verbal, os autores concluem que:

“A teoria dos quadros relacionais assume a posição de que as relações derivadas entre estímulos constituem o cerne do comportamento verbal. Comportamento verbal é a ação de enquadrar os eventos relacionalmente. Ambos falantes e ouvintes se engajam em comportamento verbal relacionalmente. Quando o falante enquadra os eventos relacionalmente e produz sequências de estímulo como resultado, o falante está engajado em comportamento verbal. Em termos mais leigos, nós dizemos que o falante está falando com significado.” (Hayes, Fox, et al., 2001, p. 43).

O interesse de Hayes e colaboradores parece estar centrado nos processos comportamentais envolvidos no compreender e no agir relacional ativo, sendo esse, aplicável arbitrariamente (Hayes et al., 2003). Mas ainda que a RFT reclame para si a análise de sujeito único equilibrada do comportamento do falante e do ouvinte, ela pareceu se concentrar no ouvinte que segue regras e em experimentos que demonstram o responder relacional derivado (Spradlin, 2003). Os estudos de RFT empregam participantes adultos e o uso maciço de instruções para um complexo treinamento (Galizio, 2003). Mas estaria a análise ouvinte-orientada proposta pelos autores definitivamente destituída da característica mediacional apontada por Skinner?

### **O COMPORTAMENTO VERBAL DE HAYES E COLABORADORES É MEDIADO SOCIALMENTE?**

Hayes, Fox e colaboradores (2001) usam “o termo aplicável arbitrariamente simplesmente no sentido de que em alguns contextos, essa resposta [o responder relacional] está sob o controle de pistas que podem ser modificadas com base na convenção social” (p. 25). O outro participa diretamente das pistas contextuais que controlarão o responder relacional derivado (ou aplicável arbitrariamente), ainda que este operante, por definição, não necessite do reforçamento mediado socialmente para ocorrer (c.f. Hayes & Barnes-Holmes, 2004).

Mas a despeito de tal constatação, Hayes, Blackledge e colaboradores (2001) são enfáticos em sua crítica à Skinner ao afirmarem que é a função da resposta que define o comportamento verbal, e não as contingências formadas pela interação entre falante e ouvinte. Entretanto, paradoxalmente, o responder relacional é inicialmente aprendido através da mediação social arbitrária, pois se exige o comportamento do outro no ensino desse operante. Dizem Barnes-Holmes e colaboradores (2001) que

“O comportamento verbal é inerentemente um comportamento social, ao menos originalmente, pelo motivo de que a comunidade social pode estabelecer controle sobre o responder relacional através das pistas contextuais arbitrárias. Crianças aprenderiam as relações verbais no contexto de modificar ou regular o seu ambiente social através dessas relações verbais. Os quadros relacionais iniciais (e.g. nomeação) se desenvolvem *com base no reforçamento social arbitrário*, e a utilidade de sua função, ocorre em grande extensão, devido a sua habilidade em produzir o comportamento governado verbalmente nos outros.” (p. 116, grifos acrescentados)

Dizer que é uma audiência quem “reforça” arbitrariamente o estabelecimento de relações entre estímulos, implica, necessariamente, que um ouvinte medeia arbitrariamente o reforçamento para o responder relacional no momento de seu condicionamento. Uma história de treino com múltiplos exemplares implica em múltiplas oportunidades para responder. E é a audiência quem estabelece as contingências para a aprendizagem relacional, mediando o reforço para o responder dos indivíduos. O reforçamento mediado socialmente, ao seu turno, seleciona o repertório componente de um quadro relacional. Vide o procedimento do *matching to sample* na equivalência de estímulos – na fase de treinamento é o experimentador quem medeia arbitrariamente o reforçamento para as discriminações condicionais dos sujeitos, sem as quais seria impossível a

formação das relações emergentes ou derivadas. As relações arbitrárias não existem por si na natureza, mas nas contingências dispostas pela comunidade verbal.

De fato, Hayes, Barnes-Holmes e Roche (2001a) reconhecem que

“Os quadros relacionais são aplicados arbitrariamente no sentido de que as pistas para o responder relacional podem ser fornecidas baseado nos caprichos ou nas convenções sociais. Essa é a propriedade que torna o quadro relacional inerentemente uma forma de comportamento social. De fato, assim como afirmou Skinner (1957), a história de treinamento do ‘mediador social’ é particularmente importante por essa razão. A história da audiência não define uma unidade funcional no RFT, mas a audiência exerce trabalho prático no estabelecimento dos quadros relacionais.” (pp. 150-151)

A teoria dos quadros relacionais não eliminou o papel crucial da mediação social do reforçamento. E mesmo para a manutenção do responder relacional derivado, o outro poderia atuar. Conforme hipotetizou Tonneau (2001), o efeito comportamental das correlações entre os símbolos e os seus referentes poderá ser protegido da extinção através dos feedbacks sociais.

A análise do comportamento verbal de Hayes, Fox e colaboradores (2001) admite também a mediação social do reforçamento, e essa constatação não passou despercebida para alguns analistas do comportamento (Burgos, 2003; Leigland, 1997). Por esse motivo a teoria relacional trazida na RFT difere das concepções referencistas do símbolo ou do compreender, pois localiza nas contingências o estabelecimento de relações arbitrárias entre estímulos. Observa-se, portanto, uma complementação possível da proposta contextual de Skinner (1957/1992), baseada não em uma particularidade conceitual, mas em um processo fundamental sem o qual não seria possível o ensino e a aprendizagem do operante verbal.

## COMPORTAMENTO VERBAL DO OUVINTE EM CONTEXTO

Parece cada vez mais claro dizer que a categorização de Skinner apresenta também uma atenção especial de análise no comportamento do ouvinte. Embora não tenha deixado claro em seu livro, o “condicionamento especial” do ouvinte, a que se refere é justamente o aprendizado de contingências a que este passou quando lhe foram mediados os reforçamentos para as emissões de tatos, mandos, textuais, intraverbais ou autoclípticos. Skinner (1957/1992) é enfático ao afirmar que é porque nosso comportamento é importante para os outros que eventualmente ele se torna importante para nós mesmos. O ensino dos operantes verbais envolve processos mediados por outra pessoa, como o reforçamento diferencial, a diferenciação de respostas, o controle pelo estímulo discriminativo, etc (Leigland, 1997). Dessa forma, talvez fosse mais acertado fazer menção não a uma mediação social genérica, mas à mediação arbitrária do reforçamento para a emissão de um tato, de um mando ou intraverbal. A comunidade verbal tem interesse no ensino dos operantes verbais pelo fato de que é relevante para a sobrevivência das culturas que os indivíduos tomem atitudes práticas a partir dos estímulos verbais gerados por si e pelo outros.

Mas Skinner é enfático em estar interessado na dinâmica do episódio verbal como um todo. Em sua concepção o autor acaba por delimitar as fronteiras de análise existentes entre o comportamento do falante e do ouvinte, ou melhor, as fronteiras temporais (Vargas, 1998). Os papéis de falante e ouvinte de uma mesma pessoa se alternam de momento a momento. Por esse motivo Skinner passa a conferir uma importância singular para as contingências de reforçamento, históricas e atuais, que envolvem cada operante verbal. Assim o *lôcus* perde a sua relevância.

O compreender para Skinner é também colocado de forma contingencial. Considere um exemplo clássico trazido no livro *O Comportamento Verbal* (Skinner, 1957/1992) em que o autor mostra o processo pelo qual se interpodem controles contingenciais de tato e de mando na emissão verbal de uma criança. No

exemplo, a criança inicialmente aprende o tato de moeda na presença do objeto e tem o seu comportamento reforçado por um adulto. Acontece que em dado momento da aprendizagem a criança diz moeda e o adulto lhe dá uma moeda. A partir disso, ela passa a dizer moeda, ganhando moedas dos adultos. Por mais simplório que pareça o exemplo, ele demonstra a não necessidade direta do estabelecimento de relações arbitrárias para a compreensão do estímulo verbal em contexto. Crianças começam a emitir palavras que não envolvem algo tão complexo como um responder relacional, por exemplo (Salzinger, 2003). E ainda que talvez caiba uma explicação dessa qualidade, certamente ela não seria a mais econômica.

Para Skinner (1957/1992), o significado do estímulo verbal não seria a propriedade do comportamento, mas as condições em que ele ocorre. O significado, em última instância, pode ser encontrado nas variáveis independentes em uma relação funcional do comportamento verbal. Quando alguém diz que pode compreender o significado de uma resposta, ele quer dizer que pode inferir algumas das variáveis, históricas e atuais, das quais seu comportamento verbal foi e é função (Skinner, 1957/1992).

Mesmo a teoria dos quadros relacionais parece sugerir de alguma forma que a formação de relações arbitrariamente aplicáveis entre estímulos não é uma condição necessária para a compreensão do estímulo verbal. Hayes, Fox e colaboradores (2001) são categóricos ao afirmar que a habilidade para derivar relações entre estímulos está diretamente ligada ao grau de habilidade verbal da pessoa. No compreender, portanto, a depender da idade da pessoa, teríamos uma participação diferente do responder relacional derivado.

É possível que mesmo Skinner, em face das evidências acumuladas, concordasse com o papel do fenômeno relacional na produção do comportamento verbal. Mas as implicações dessa constatação não parecem sugerir uma revolução na Análise do Comportamento. Em termos de mudança do comportamento, nada mudaria se migrássemos para um paradigma da RFT (Osborne, 2003), mas se abandonássemos a concepção skinneriana, como iríamos ensinar o comportamento verbal sem a mediação social arbitrária do reforçamento?

## COMPORTAMENTO VERBAL: UMA NOVA PRÉCIS

Foi objetivo deste artigo mostrar o papel concedido ao ouvinte na obra de Skinner (1957/1992) e mesmo no trabalho de Hayes e colaboradores (Hayes & Hayes, 1989, Hayes et al., 1989; Hayes, Blackledge, et al., 2001). Fica claro uma possível complementação entre ambas as propostas com base em um processo fundamental para o ensino do comportamento verbal, qual seja, a mediação social arbitrária do reforçamento.

Na história da RFT houve uma tentativa de aproximação do comportamento verbal skinneriano, mas pouco se avançou para uma síntese mais sólida (Barnes-Holmes, Barnes-Holmes, & Cullinan, 2000). Nela os autores enfatizaram que apenas os operantes que envolvem o responder relacional aplicável arbitrariamente seriam de fato comportamento verbal (e.g., no “mando verbal”, uma criança pede um carrinho a despeito de nunca ter tido antes esse comportamento reforçado). Operantes baseados diretamente nas contingências não seriam verbais, pelo fato de que não seriam diferenciados de outras formas de comportamento social, e por não possuírem qualquer referencial ou qualidade simbólica usualmente inclusos nos eventos verbais. Essa tentativa de aproximação teórica não promoveu uma verdadeira síntese, pois ainda pareceu resguardar um status especial concedido pelos autores à RFT.

Ao final de seu livro intitulado “Relational frame theory: a post-skinnerian account of human language and cognition”, Hayes, Barnes-Holmes e Roche (2001b) afirmam que

“A abordagem de Skinner é elegante no sentido de que ela aponta como interesse principal o uso dos princípios comportamentais na compreensão de qualquer comportamento complexo, como a causação múltipla. Sem dúvida, o presente volume assume muitos desses insights. Nós não inclui-

mos uma seção de múltipla causação, por exemplo. No lugar disso, como muitos modernos analistas do comportamento, nós simplesmente assumimos esse conceito.” (p. 253)

Se os autores tivessem detalhado em um capítulo o que entendem como sendo a causação múltipla na formação dos quadros relacionais, talvez então ficasse mais evidente para o leitor, e para os autores, o controle também exercido pela mediação social. Dessa forma, não teriam se colocado como um esforço científico dissidente. Conceitualmente falando, a abordagem teórica de Hayes e colaboradores (2001) pareceu não rivalizar diretamente com a de Skinner, mas antes acrescentá-la.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, P. R. & Hübner, M. M. C. (2011). Efeito de instruções sobre respostas de checagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27 (3), 81-88.
- Barnes-Holmes, D.; Barnes-Holmes, Y.; & Cullinan, V. (2000). Relational frame theory and Skinner's Verbal Behavior: a possible synthesis. *The Behavior Analyst*, 23 (1), 69-84.
- Barnes-Holmes, D.; O'Hora, D.; Roche, B.; Hayes, S.C.; Bisset, R. T.; & Lyddy, F. (2001). Understanding and verbal regulation. In: S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds). *Relational frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition* (pp. 103-117). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Burgos, J. E. (2003). Laudable goals, interesting experiments, unintelligible theorizing: a critical review of Relational Frame Theory. *Behavior and Philosophy*, 31, 19-45.
- Galizio, M. (2003). The abstract operant: a review of Relational Frame Theory: a Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition, edited by S.C Hayes, D. Barnes-Holmes, and B. Roche. *The Behavior Analyst*, 26 (1), 159-169.
- Hayes, S. C. & Barnes-Holmes, D (2004). Relational operants: processes and implications: a response to Palmer's review of Relational Frame Theory. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 82(2), 213-224.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001a). Relational frame theory: a précis. In: S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds). *Relational frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition* (pp. 141-154). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001b). Epilogue. In: S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds). *Relational frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition* (pp. 253-255). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2003). Behavior analysis, relational frame theory, and the challenge of human language and cognition: a reply to commentaries on Relational Frame Theory: a Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition. *The Analysis of Verbal Behavior*, 19, 39-54.
- Hayes, S.C, Blackledge, J. T. & Barnes-Holmes, D. (2001). Language and cognition: constructing an alternative approach within the behavioral tradition. In: S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds). *Relational frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition* (pp. 3-20). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Hayes, S. C., & Hayes, L. J. (1989). The verbal action of the listener as a basis for rule-governance. In S. C. Hayes (Ed.), *Rule-governed behavior: cognition, contingencies and instructional control* (pp. 153-190). New York: Plenum.
- Hayes, S.C, Fox, E., Gifford, E. V., Wilson, K. G., Barnes-Holmes, D., & Healy, O. (2001). Derived relational responding as learned behavior. In: S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds). *Relational*

- frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition* (pp. 21-49). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Hayes, S. C., Zettle, R. D., & Rosenfarb, I. (1989). Rule following. In: S. C. Hayes (Ed.), *Rule-governed behavior: cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 191-220). New York: Plenum
- Leigland, S. (1997). Is a new definition of verbal behavior necessary in light of derived relational responding? *The Behavior Analyst, 20* (1), 3-9.
- Matos, M. A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 3* (2), 51-66.
- McIlvane, W. J. (2003). A stimulus in need of a response: a review of Relational Frame Theory: a Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition. *The Analysis of Verbal Behavior, 19*, 29-37.
- Osborne, J. G. (2003). Beyond Skinner? A review of Relational Frame Theory: a Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition, by Hayes, Barnes-Holmes, and Roche. *The Analysis of Verbal Behavior, 19*, 19-27.
- Palmer, D. C. (2004). Data in search of a principle: a review of Relational Frame Theory: a Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition. *Journal of Experimental Analysis of Behavior, 81*(2), 189-204.
- Salzinger, K. (2003). On the verbal behavior of Relational Frame Theory: a Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition. *The Analysis of Verbal Behavior, 19*, 7-9.
- Sidman, M. (1994). Equivalence relations and behavior: A research story. Boston: Authors Cooperative.
- Sidman, M. (2000). Equivalence relations and the reinforcement contingency. *Journal of Experimental Analysis of Behavior, 74*(1), 127-146.
- Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. Acton, MA: Copley Publishing Group. (Original work published 1957)
- Spradlin, J. E. (2003). Alternative theories of the origin of derived stimulus relations. *The Analysis of Verbal Behavior, 19*, 3-6.
- Stemmer, N. (1995). Do we need an alternative theory of verbal behavior? A reply to Hayes and Wilson. *The Behavior Analyst, 18* (2), 357-362.
- Tonneau, F. (2001). Equivalence relations: a critical analysis. *European Journal of Behavior Analysis, 2* (1), 1-33.
- Vargas, E. A. (1998). Verbal behavior: implications of its mediational and relational characteristics. *The Analysis of Verbal Behavior, 15*, 149-151.

## RESUMO

A definição de comportamento verbal de Skinner não gerou consenso entre os analistas de comportamento quanto à sua adequação ao estudo do fenômeno da linguagem. Por isso (ela- tirei) tem gerado outras propostas explicativas. As críticas mais relevantes tiveram em Steven Hayes o seu principal proponente. Juntamente com seus colaboradores, o autor afirma que uma definição de comportamento verbal a partir da história do falante não seria funcional, pois não abordaria separadamente a história do ouvinte com relação aos estímulos verbais. Nesse sentido, para os autores, Skinner falhou em não ter explicitado os processos comportamentais envolvidos na compreensão do estímulo verbal pelo ouvinte que interage com um falante. No artigo, analisou-se a consistência dessa crítica por meio de uma revisão do papel do ouvinte nos operantes verbais skinnerianos. A seguir, investigou-se na concepção de Hayes e colaboradores, os processos que ocorreriam quando são estabelecidas relações arbitrárias entre estímulos, fenômeno que os autores afirmam estar na base da produção do comportamento verbal. Concluiu-se por uma possível complementação entre as análises de Hayes e Skinner com base na mediação social arbitrária do reforçamento.

*Palavras chave:* comportamento verbal; teoria dos quadros relacionais; mediação social; responder relacional aplicável arbitrariamente, comportamento governado por regras.

## ABSTRACT

The definition of Skinner's verbal behavior did not generate consensus among behavior analysts according to their adequacy in studying the phenomenon of language. So it has spawned other explanatory proposals. The most relevant criticism has Steven Hayes as the main proponent. Together with his collaborators, the author asserts that a definition mainly from the history of the speaker would not be functional because it not addresses separately the history of the listener with respect to verbal stimuli. In the article we analyzed the consistency of his criticism through a review of Skinnerian verbal operants. We investigate in Hayes' conception the processes that occur when arbitrary relations between stimuli are established. According to the authors, that phenomenon would result in production of verbal behavior. It was concluded by a possible complementation between Hayes and Skinner analysis based on the arbitrary social mediation of reinforcement.

*Key-words:* verbal behavior; relational frame theory; social mediation; arbitrarily applicable relational responding; rule-governed behavior